

GRAMSCI E O SERVIÇO SOCIAL: CONTRIBUIÇÕES PARA O DEBATE DAS ESTRATÉGIAS E TÁTICAS

Bruna Figueiredo Oliveira¹

Resumo: Este trabalho pretende endossar os debates que se encontram em torno das “estratégias e táticas” no Serviço Social brasileiro, enfatizando que após o Movimento de Reconceitualização na América Latina e do Processo de Renovação no Brasil é possível afirmar que avançamos em termos teóricos, políticos e nos direcionamentos da atuação profissional, a partir da perspectiva crítica que tem como base a tradição marxista. Desse modo, a obra gramsciana, com foco central nas formulações sobre “classes subalternas” servem como fermento teórico para pensarmos a profissão e as mediações necessárias para viabilizar as “orientações” do Projeto ético-político – PEP e contribuir na viabilização do objetivo final: emancipação plena da classe que é dominada pelo capital.

Palavras-chave: Estratégias e táticas; Serviço Social; Classes Subalternas; PEP;

Resumen: Este trabajo pretende refrendar los debates que se encuentran en torno a las “estrategias y tácticas” en el Servicio Social brasileño, enfatizando que después del Movimiento de Reconceptualización en América Latina y el Proceso de Renovación en Brasil es posible afirmar que hemos avanzado en la teoría, términos, direcciones de acción política y profesional, desde una perspectiva crítica basada en la tradición marxista. De esta manera, el trabajo Gramsciano, con su enfoque central en formulaciones sobre “clases subalternas”, nos sirve como fermento teórico para pensar sobre la profesión y las mediaciones necesarias para hacer viables y viables los “lineamientos” del Proyecto ético-político – PEP. contribuir a alcanzar el objetivo final: la emancipación de la clase dominada por el capital.

Palabras clave: Estrategias y tácticas; Servicio social; clases subalternas; PEP;

INTRODUÇÃO

O objetivo deste trabalho é contribuir com o debate das estratégias e táticas no Serviço Social brasileiro a partir da obra gramsciana, com foco central na categoria de “classe subalternas”, entendendo que sua aplicabilidade na atuação profissional permite que os Assistentes Sociais reconheçam criticamente as diferenciações que compõe “os subalternos”. Ou seja, é preciso compreender os explorados e oprimidos em um sentido mais abrangente que as categorias marxistas tradicionais, pois a contradição capital/trabalho se enriquece e se

¹ Bacharel em Serviço Social pela Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES. Mestra e Doutoranda em Serviço Social pela Universidade Federal de Juiz de Fora – PPGSS/UFJF. ORCID: 0009-0006-4451-0354. E-mail: brunaofigueiredo@hotmail.com.

complexifica por meio de muitas determinações, para além dos conflitos do mundo do trabalho” (Marro, 2022, p. 47).

Obviamente que não será possível aprofundarmos todos os elementos que compõe esse arsenal, contudo, às indicações que serão apresentadas – mesmo que de maneira aproximativa – demonstram a importância das formulações do comunista italiano que servem como fermento teórico para pensarmos a profissão e as mediações necessárias para viabilizar as “orientações” do Projeto ético-político – PEP, consolidado a partir da perspectiva crítica, da ruptura com o conservadorismo e a defesa da construção de uma sociedade livre das amarras do capital.

Sendo assim, será possível perceber que nosso foco, nesta versão resumida do estudo, está centralizado na contribuição de Gramsci para o debate das estratégias e táticas, desse modo, os temas que se referem ao desenvolvimento histórico do Serviço Social e sua evolução crítica (do Serviço Social Tradicional até a contemporaneidade com o PEP) serão apenas indicadas a partir de uma nota de rodapé as obras que compõe um arcabouço com os autores clássico para entender a profissão e seu papel fundamental no capitalismo monopolista.

Dito isso, é preciso evidenciar que as linhas a seguir compõe um arsenal teórico regido eminentemente por uma revisão bibliográfica, com o intuito de acumular as discussões realizadas em torno do objeto que será pesquisado. Desse modo, recorreremos ao próprio Gramsci e seus intérpretes – Simionatto (2011) e Kátia Marro (2022) – para tratarmos sobre a categoria de “classe subalternas” e suas contribuições para o Serviço Social, além disso, Iamamoto (2012) e Paula (2016) integram o debate tratando respectivamente sobre os desafios profissionais no cenário contemporâneo da crise do capital e da construção das estratégias e táticas em consonância com o PEP.

DESENVOLVIMENTO

De acordo com Netto (2011) o Serviço Social surge no Brasil em meados na década de 1930², mas no mundo já era uma profissão que exercia um papel fundamental no

² Sobre o desenvolvimento histórico do Serviço Social no Brasil e América Latina, assim como sua atuação necessária para o capitalismo monopolista, além do incremento – fundamental – crítico/marxista em solo brasileiro, indicamos com destaque algumas obras fundamentais, para tanto cf: “O Serviço Social e a tradição marxista” (Netto, 1989); “Capitalismo Monopolista e Serviço Social”, (Netto, 2011); “A intenção de ruptura” In: Ditadura e Serviço Social (Netto, 1991); “Serviço Social em tempo de capital fetiche” (Iamamoto, 2007) etc.

desenvolvimento da sociedade burguesa – passagem para o capitalismo monopolista – desempenhando fortemente sua atuação com a questão social, que de acordo com Lamamoto (2001) pode ser apreendida da seguinte maneira: “(...) como o conjunto de expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade (p. 27).

Contudo, é preciso elencar que apesar do Serviço Social ter sido implementado na sociedade de classe com o propósito de servir os seus interesses, é a partir desse mesmo solo que o profissional atende às necessidades dos trabalhadores. Sobre isso, Paula (2016) afirma que ao mesmo tempo que “reproduz as condições de dominação, mas também as possibilidades de percepção dela e de ruptura com as estruturas de dominação. Eis o antagonismo a essa sociedade regida pelo capital e que perpassa também as atividades profissionais, como o Serviço Social” (p. 14). Nesse mesmo sentido, continuemos com argumento da autora:

Desse modo, se consideramos, inicialmente, que o Serviço Social surge como uma tática articulada a um conjunto de estratégias de dominação da classe trabalhadora – que associam coerção e consenso -, percebemos também que os próprios assistentes sociais podem construir táticas e estratégias que venham a fortalecer, por meio do seu exercício profissional, os interesses de uma ou de outra classe social (ibidem).

Nesse sentido, o Serviço Social atua a partir da face contraditória da relação capital/trabalho por intermédio do Estado, e por isso torna-se uma força “tática num conjunto de estratégias de dominação”. Por conta desse caráter contraditório (atendendo demandas dos trabalhadores e servindo mediações que garantam o funcionamento da ordem vigente) é possível o estabelecimento de estratégias e táticas no exercício profissional que possa favorecer os subalternos, rompendo os paradigmas impostos pela hegemonia do capital e articulando de maneira aproximativa as bases críticas capazes de guiar as ações dos assistentes sociais na efetivação dos princípios contidos no nosso Código de Ética e no PEP.

As formulações a seguir pretende tratar de maneira geral sobre esses aspectos, elencando que essa capacidade crítica que pode se fortalecer nesse aspecto contraditório da profissão, só é possível se em termos teóricos, metodológicos e políticos, quando à base sustentadora trata-se da tradição marxista. Por isso, falar de Gramsci e Serviço Social é tão

importante se quisermos avançar na “construção de estratégias político-profissionais e táticas técnico-operativas” e sua incidência no exercício profissional (PAULA, 2016).

O debate sobre estratégias e táticas no Serviço Social ganha fôlego e aprofundamento teórico – com foco na tradição marxista – principalmente após os estudos da professora, pesquisadora e assistente social Luciana de Paula, com sua tese de doutorado que posteriormente culminou no livro, intitulado “Estratégias e Tática: Reflexões no campo do Serviço Social”, que servem como referências fundamentais para os debates, pesquisas, reflexões e estudos que pretendem entender e contribuir com o desenvolvimento da profissão.

Obviamente que os limites desse trabalho não nos permite retratar todos os níveis de abstração necessários para desenvolver com aprofundamento teórico os elementos que o tema necessita, porém, mesmo que de maneira aproximativa será possível compreender o desenvolvimento histórico do Serviço Social – dialeticamente conectado com a formação socio-histórica do Brasil, sendo este um país de capitalismo dependente com sua inserção tardia no sistema capitalista – e suas diferentes estratégias políticas, profissionais e táticas técnico-operativas. Isto posto, recorrer ao pensamento de Gramsci, servirá como complemento teórico, capaz de ajudar nos direcionamentos dos processos concretos inseridos na realidade dinâmica e contraditória que se assenta o Serviço Social e seus profissionais, por isso, sua relevância nessa proposta de estudo.

Por conseguinte, as linhas a seguir pretendem responder tais questionamento: O que são estratégias e táticas? Qual sua importância e aplicabilidade para o exercício profissional do Serviço Social? Porque Gramsci e suas elaborações podem fortalecer o debate crítico e a materialização do PEP?

Iniciando pela questão sobre do que se trata estratégias e táticas, iremos recorrer ao trabalho de Paula (2016) pretendemos de forma sucinta demonstrar como a autora tratou desse assunto, vale ressaltar que não iremos seguir a trilha teórico-metodológica utilizada pela autora, para evidenciar as diferentes concepções sobre estratégias e táticas, haja vista que seu trabalho perpassa por um vasto estudo de obras sobre o respectivo tema, como Clausewitz (1979) e Jomini (1949), Tzu; Maquiavel; Lenin; Rosa Luxemburgo; além de Marx e Engels.

Dito isso, recorreremos as formulações da autora:

Estratégia: Arte de planejar operações de guerra; arte de combinar a ação das forças militares, políticas, morais, econômicas, implicadas na condução de uma guerra ou na preparação da defesa de um Estado; arte de dirigir um conjunto de disposições: estratégia política. O termo estratégia tem a sua origem etimológica na palavra grega *strategos*, a qual deriva de *stratos*, que significa exército, somada a *agos*, que quer dizer comando. Estratégia significava, portanto, a arte do general comandar as suas tropas

Tática: Arte de combinar a ação de tropas, ou os recursos característicos das diferentes armas, a fim de obter o máximo de eficácia no combate; conjunto de meios ou recursos empregados para alcançar um resultado favorável. A origem do termo tática vem do grego *taktiketekhne*, “a arte de resolver, de colocar coisas em ordem”, relacionado a *atasein*, “arranjar, colocar em ordem” (PAULA, 2016, p. 19)

Sobre a concepção marxista, a autora afirma,

As obras marxistas nos ensinam que não podemos construir roteiros universais que se apliquem a qualquer realidade. Cada contexto exige a construção de estratégias e táticas diferenciadas. Nos ensinam que muito além da ideia de longo e curto prazo, estratégias e táticas estão relacionadas com objetivos e projetos que, em nossa sociedade, são essencialmente classistas. Concluímos, assim, que estratégias e táticas são elementos que se encontram sempre articulados a um determinado objetivo, mas não se confundem com esse objetivo (ibidem).

Em síntese e atrelado as concepções sobre o tema a partir do campo marxista, a autora sintetiza e destaca quatro elementos fundamentais, apesar de não serem únicos,

no processo de estratégias e táticas: a definição do objetivo a ser alcançado; a construção coletiva das estratégias e táticas; a análise objetiva da realidade concreta; a apreensão de conhecimento teórico. Essas são algumas das chaves que podem nos permitir a construção de caminhos estratégicos e orientações táticas a serem percorridos com maior sucesso (PAULA, 2016, p. 56).

Após essa breve contextualização, podemos continuar nossas elaborações e desenvolver as respostas para as questões que direcionam o nosso debate.

Dito isso, é sabido que o exercício profissional dos Assistentes Sociais têm desde sua gênese uma atuação que serve como prática esclarecedora – para a população que necessita acessar os mais variados direitos: moradia, saúde, educação, assistência social, etc – e de mediadora – que estabelece entre os objetivos/finalidades da instituição que trabalha e o público que atende, ou seja, interesses antagônicas – através da sua “ação persuasiva que tenda a mobilizar o mínimo de coerção explícita para o máximo de adesão” (PAULA, p. 182, 2016). Dito de outro modo, são os Assistentes Sociais que legitimam, acomodam, eliminam os conflitos, controla as contradições, abrandam as desigualdades e administra os conflitos para que os interesses da burguesia em todos níveis – econômico, social, ideológico etc – perpetue.

É por isso, que durante o processo de desenvolvimento industrial no Brasil (com ênfase na Era Vargas 1930) o seu processo de Revolução Passiva, que modernizou ao mesmo passo que conservou os elementos arcaicos, através de um pacto conciliador que unia a burguesia emergente e as elites agrária, o papel profissional do Serviço Social foi de suma importância, haja vista que, as assistente sociais difundia os valores civilizatórios burguês, essenciais para os novos padrões capitalistas que emergiam a partir da sociabilidade brasileira.

Vale ressaltar que esse período histórico no Brasil foi arena de muitas disputas populares reivindicações tanto do movimento operário que reivindicava direitos políticos e sociais quanto das classes médias em ascensão requerendo maior participação política nos aparelhos de poder, essa pressão dos “baixos” movimentou os setores da oligarquia agrária dominante, (especificamente o setor da produção) para o triunfo da Revolução de 1930, ou seja, para conter os movimentos populares – mesmo que esses se apresentassem de maneira “elementar, esporádica, subversiva, desorganizado e não orgânica” – foi preciso levar a cabo a criação de um novo bloco de poder. Para tanto, os profissionais formados nessa época foram alvos estratégicos da elite brasileira em desenvolvimento, para Paula (2016) “os objetivos profissionais do Serviço Social se articularam com interesses da classe dominante que desejava estender a dominação burguesa por toda vida social (p. 182).

Portanto, se os interesses da burguesia nacional em ascensão se alinhavam aos interesses da profissão, isso nos permite afirmar que as primeiras estratégias efetivadas pelas assistentes sociais brasileiras eram subservientes as classes dominantes. De acordo com Paula (2016) no plano teórico eram orientadas pela influência europeia e EUA, ou de forma mais precisa, seria o “Serviço Social Tradicional”, ou seja, “um projeto de profissão que articula os objetivos profissionais [...] aos interesses das elites do nosso país, [...] à manutenção da ordem vigente (p. 183).

Contudo, “após o Movimento de Reconceituação³ na América Latina, é possível afirmar que o maior legado teórico da experiência reconceitualizadora foi aproximação com a perspectiva marxista e a abertura de interlocução com outras áreas do conhecimento”

³ Movimento de cunho latinoamericano, de caráter necessariamente sincrético e multifacetado, que suscitou um intenso debate teórico-metodológico entre os assistentes sociais durante uma década (1965 a 1975).

(SIMIONATO, 2018, p. 85). Quando falamos de Brasil, foi o Processo de Renovação⁴ do Serviço Social que avançou em termos de possibilidades crítica, teórica e atuação profissional, ou seja, alguns profissionais decidiram que era preciso refletir para além das amarras impostas pelo direcionamento dado pelo Estado, pelas Escolas que formavam os assistentes sociais e sobretudo, o capital, iniciando assim as primeiras aproximações com a teoria crítica e a tradição marxistas (obviamente que essa inserção teórica não aconteceu de forma cristalina e fidedigna das obras marxistas e marxianas, pelo contrário, Netto (simio) afirma que somente a partir de 1980 é possível falar de leitura e apropriações um tanto quanto honesta do pensamento de Max).

Tal feito proporcionou para a profissão ganhos teórico-políticos, sendo eles: “intenção de ruptura” e “projeto ético político profissional” “que se configurou como direcionamento para todos os assistentes sociais identificados com os propósitos dessa vertente do Processo de Renovação” (PAULA, 2016, p. 183). Sendo assim, podemos agora indicar brevemente como todo esse arcabouço crítico constituiu-se enquanto instrumento orientador para os profissionais, ao mesmo tempo que requisitou dos “assistentes sociais a formulação de estratégias e táticas que pudessem estabelecer mediações entre os princípios defendidos por esse projeto e a realidade profissional vivenciada pela categoria (idem, p. 184).

Se os princípios que compõe o PEP superam a herança conservadora e à subserviência da profissão à classe burguesa, é importante que possamos ressaltar quais são esses princípios: a liberdade, a autonomia e a emancipação humana, portanto, isso indica que esse projeto se compromete em defender unicamente os direitos da classe trabalhadora, se alinhando na luta para ampliar e aprofundar os direitos sociais e humanos, os preceitos democráticos e a cidadania; acesso à a riqueza que é produzida e aos serviços de qualidade, etc.

Para tanto, é de suma importância destacar sobre o compromisso e denúncia contra todos os tipos de preconceitos, opressão e violência, além de entender a importância do pluralismo e as mais variadas formas de existência. Porém, é óbvio que “materializar”⁵ os preceitos indicados em nosso PEP – e todo avanço crítico da profissão, assim como

⁴ Segundo Netto (1991) a Renovação do Serviço Social no Brasil foi um processo único e exclusivo do nosso país, amplamente heterogêneo com três perspectivas diferentes – perspectiva modernizadora; reatualização do conservadorismo e intenção de ruptura.

⁵ Falar em materialização do PEP – algo totalmente corriqueiro nos mais variados debates e produções no Serviço Social – é uma construção sem mediação, pois o PEP apenas dá direção, indica um horizonte, mas não será na atuação profissional que este será realizado.

anteriormente destacado através das Diretrizes Curriculares, da Lei de Regulamentação da profissão e das instâncias representativas, CRESS/CFESS⁶, ENESSO⁷, ABEPSS⁸ – não significa dizer que é tarefa do Serviço Social transformar a sociedade capitalista através da atuação profissional dos assistentes sociais, mesmo que o projeto profissional esteja vinculado a um projeto societário, no qual tem compromisso histórico na construção de uma sociedade livre da exploração do homem pelo homem. Sobre esse tema, Netto (1999) nos contempla explicando tais diferenças:

[projetos societários são aqueles] que apresentam uma imagem de sociedade a ser construída, que reclamam determinados valores para justificá-la e que privilegiam certos meios (materiais e culturais) para concretizá-la. Os projetos societários são projetos coletivos; mas seu traço peculiar reside no fato de se constituírem como projetos macroscópicos, como propostas para o conjunto da sociedade. Somente eles apresentam esta característica – os outros projetos coletivos (por exemplo, os projetos profissionais, de que trataremos adiante) não possuem este nível de amplitude e inclusividade. Em sociedades como a nossa, os projetos societários são, necessária e simultaneamente, projetos de classe, ainda que refratem mais ou menos fortemente determinações de outra natureza (culturais, de gênero, étnicas etc.) () (p. 2).

Enquanto os projetos profissionais, ainda de acordo com Netto (1999), podem ser descritos da seguinte maneira:

Os projetos profissionais apresentam a auto-imagem de uma profissão, elegem os valores que a legitimam socialmente, delimitam e priorizam seus objetivos e funções, formulam os requisitos (teóricos, práticos e institucionais) para o seu exercício, prescrevem normas para o comportamento dos profissionais e estabelecem as bases das suas relações com os usuários de seus serviços, com as outras profissões e com as organizações e instituições sociais privadas e públicas (inclusive o Estado, a que cabe o reconhecimento jurídico dos estatutos profissionais). Tais projetos são construídos por um sujeito coletivo – o respectivo corpo (ou categoria) profissional, que inclui não apenas os profissionais “de campo” ou “da prática”, mas que deve ser pensado como o conjunto dos membros que dão efetividade à profissão. É através da sua organização (envolvendo os profissionais, as instituições que os formam, os pesquisadores, os docentes e os estudantes da área, seus organismos corporativos, acadêmicos e sindicais etc.) que um corpo profissional elabora o seu projeto. Se considerarmos o Serviço Social no Brasil, tal organização compreende o sistema CFESS/CRESS, a ABEPSS, a ENESSO, os sindicatos e as demais, os sindicatos e as demais associações de assistentes sociais (p.4).

⁶ Conselho Federal de Serviço Social/Conselho Regional de Serviço Social;

⁷ Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social;

⁸ Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social;

Dito isso, podemos afirmar, a partir das elaborações de Paula (2016) que os projetos profissionais são as estratégias dos projetos societários, portanto, podem estar vinculados a manutenção ou superação da ordem vigente. Além disso, a construção de estratégias e táticas não é algo próprio do Serviço Social, ou seja, elaborar “estratégias e táticas político-profissionais e técnico-operacionais, [são] as mediações necessárias entre realidade e anseios de qualquer atividade profissional existente” (p. 186).

Desse modo, o mais importante nesse processo de articulação até a efetivação de práticas profissionais, é o estabelecimento de objetivos e posteriormente a elaboração das estratégias e táticas, isso quer dizer, que quando há um objetivo claro para ser alcançado – mesmo que as condições objetivas não permita sua efetivação no plano imediato – as estratégias e táticas, que devem ser pensadas a partir de várias dimensões, serão construídas e articuladas no movimento dialético que engloba o cotidiano; a dinâmica estrutural do capital – que rearticula a dinâmica da superestrutura – ; os objetivos antagônicos das instituições de trabalho; espaços de atuação profissional que não oferecem o mínimo de recursos necessários para lidar com os usuários; falta de financiamento nas políticas, serviços e programas; governos que reduzem as possibilidades dos processo de democratização; excesso de processos burocráticos; metas de produtividade; demandas variadas que exigem repostas imediatas; entre tantos outros.

Contudo, somente com o “pleno reconhecimento da realidade socio-histórica” e a capacidade de construir novas perspectivas, é que será possível permanecer na rota do objetivo inicialmente proposto. Por isso, é preciso estar preparado para possíveis reformulações, inclusive sob situações imprevisíveis. “A capacidade criativa dos profissionais deve ser a base fundamental de todo o processo de estratégias e táticas profissionais, pois se a realidade onde se inserem esses profissionais encontra-se em constante movimento, as estratégias e táticas precisam acompanhar esse movimento” (PAULA, 2016, p. 191, 192).

Por isso, é comum, e totalmente alinhado as demandas impostas pela realidade que estamos inseridos, profissionais – e no caso mais amplo, dirigentes, intelectuais, militantes políticos comprometidos com a luta revolucionária, leia-se superação do capitalismo – que realizam sua atuação nos trilhos do direcionamentos do PEP e junto à isso, se comprometem individualmente na luta revolucionária, através de movimentos sociais, partidos, sindicatos, etc., além de contribuírem através da promoção de ações coletivas e detectando focos de resistência dos trabalhadores, a partir da sua atuação enquanto assistente social, mas acabam defendendo

a permanência de políticas, financiamentos, programas, gestões de governo etc. que mascaram os reais problemas enfrentados pela classe trabalhadora, que minimizam mas não resolve efetivamente as mazelas produzidas pela capital, justamente porque entendem que no plano estratégico, é preciso garantir o que é possível – por exemplo, que as pessoas tenham acesso à alimentação, agasalho, moradia, água potável, etc. – mesmo que isso não faça parte dos fundamentos que compõe o seu objetivo final, entretanto, garante de forma tática, à aproximação com o que se espera alcançar.

E assim como já foi dito anteriormente, essa capacidade de reformular, reatualizar, traçar novas perspectivas, só é possível a partir de um olhar aprofundado do real, entendendo suas múltiplas determinações e seu movimento dialético. Para tanto, um elo importante nesse processo é o arcabouço teórico capaz de capacitar e aprimorar o que antecede a construção dos objetivos e a efetivação das estratégias e táticas. É por isso, que as linhas a seguir desse trabalho, pretendem tratar justamente sobre a importância das orientações para o processo de construção e efetivação/aproximação do objetivo definido. Acreditamos que uma contribuição importante, são as formulações do italiano e dirigente comunista, Antônio Gramsci.

Sendo assim, a intenção dessa proposta de estudo é fortalecer através do debate teórico a construção de estratégias e táticas no Serviço Social que fundamentem à defesa do PEP e constroem em conjunto com outras instancias representativas e organizativas da classe trabalhadora o enfrentamento da hegemonia burguesa em prol dos processos revolucionários.

Vale destacar que tais apontamentos não são novidades, destacamos, obviamente a obra da autora – (PAULA, 2016) – que serve como bússola desse estudo e suas tímidas ponderações. Contudo, tratar sobre Gramsci e sua “incidência no Serviço Social”, assim como já anteriormente elaborado por Simionatto (1999) as reflexões com ênfase no campo das formulações teórico-conceituais que ajudam na estratégias e táticas profissionais ancoradas na defesa do PEP, ainda não se esgotaram. Sendo assim, voltemos nossa atenção ao próximo tópico.

À GUIA DA CONCLUSÃO: GRAMSCI E O SERVIÇO SOCIAL

De maneira breve, será exposto as contribuições que o filósofo italiano é capaz de proporcionar para o debate das estratégias e táticas no Serviço Social com foco nas orientações do Projeto ético-político e todos os avanços proporcionados pela evolução crítica da profissão.

Não será possível desenvolver com tamanha riqueza teórica todos os elementos que compõe esse arsenal – assim como Paula (2016) fez em seu livro – mas, indicações importantes que corroboram com o que já existe de acúmulo e produção sobre o tema, além de indicar debates e formulações teórico-conceituais futuras.

Sendo assim, será possível perceber que nas linhas a seguir não estamos preocupados em elaborar uma espécie de manual com os ensinamentos de Gramsci para uma melhor apreensão e efetivação prática que pode nortear atuação dos assistentes sociais em seus variados espaços de atuação profissional. Entretanto, aprendemos anteriormente que somente o acúmulo teórico é capaz de direcionar os rumos que elaboram o objetivo final e as estratégias e táticas para alcançá-lo. Desse modo, Gramsci e seu conjunto conceitual e categorial nos ajuda na interpretação dos fenômenos decorrentes do capitalismo contemporâneo em sua fase financeirizada, assim como viabiliza, através “práxis” provisões que possibilitam a transformação da realidade concreta. Dito isso, cabe respondermos, quem foi Antônio Gramsci?

Gramsci, nascido na ilha da Sardenha na Itália, foi um importante filósofo além de militante comunista e intelectual comprometido com a revolução, herdeiro do legado marxista e leninista, sempre esteve preocupado em construir teoricamente e politicamente as bases para uma hegemonia dos subalternos. Foi dirigente partidário pelo PSI (Partido Socialista Italiano) e PCI (Partido Comunista Italiano) e deputado durante dois anos, até ser preso pela ditadura fascista de Mussolini.

Nesse sentido, qual a contribuição efetiva de Gramsci para o Serviço Social? Principalmente numa era da vida social refletida por um cenário intenso de crise que revelam de forma escancarada os desafios profissionais diante dos retrocessos das conquistas da classe trabalhadora gerando desemprego, agravamento da questão social e regressão das políticas sociais (IAMAMOTO, 2021). No caso do Brasil, apesar de estarmos sob novos solos, quando tratamos do neoliberalismo – haja vista que durante a pandemia da covid-19 o cenário se aprofundou num combo composto de crise econômica, social e política, regido pela gestão ultraneoliberal do governo de Jair Messias Bolsonaro – que após as eleições de 2023, retomamos os níveis democráticos necessários para construir os embates contra o capital fora da arena neofascista, ainda assim estamos diante daquilo que Gramsci denominou de “contrarreforma”.

Além disso, o cotidiano de trabalho dos assistentes sociais não promove e tampouco requer profissionais que conheça amplamente sobre as vivências da classe trabalhadora, pelo

contrário, o avanço da burocratização resulta, portanto, na falta de organização política, sobressaindo o pragmatismo e imediatismo (IAMAMOTO, 2012). Posto isto, e buscando responder as questões iniciais sobre Gramsci e o Serviço Social, Simionatto (2011) afirma que apesar de não estarmos falando de uma ciência, pensar a profissão a partir da teoria gramsciana, principalmente neste contexto histórico, contribui para fortalecer justamente, aquilo que tratamos anteriormente sobre a face contraditória que sustenta nossa profissão, ou seja, mesmo diante da convocações burguesas que elegem o Serviço Social para lidar com as expressões da questão social, sem que isso atrapalhe o pleno funcionamento do capital, os assistentes sociais também situam-se no terreno político ideológico, com refrações nas condições materiais de existência dos sujeitos, é também nessa esfera que as classes subalternas têm possibilidades de construir novas subjetividades e estratégias políticas na luta por uma nova hegemonia, entendendo que luta por hegemonia não se reduz à disputa entre concepções de mundo, não é apenas as batalhas das ideias, mas na estrutura material (SIMIONATTO, 2011).

Vale ressaltar que as “incidências” de Gramsci no Serviço Social não é algo novo, pelo contrário, a profissão acompanhou o percurso de assimilação teórica do filósofo italiano, seguindo os mesmos trilhos entre erros e acertos que são frutos da evolução interpretativa dos intelectuais que buscaram compreender seu legado teórico e contribuíram para a conformação da edição crítica dos “Cadernos do Cárcere”, além de outras publicações e o importante trabalho filológico que segue com força no Brasil .

Sendo assim, há um amplo leque de categorias desenvolvidas por Gramsci que servem para ler a realidade, orientar e transforma-la, como por exemplo, o rico debate sobre Estado Integral; Hegemonia; Reforma intelectual e moral, Vontade geral, consciência ético-política, Partido revolucionário (Moderno Príncipe), intelectuais orgânicos e tradicionais e Classe Subalternas, com destaque para essa última – haja vista que não será possível desenvolver sobre todas e sua relação com o Serviço Social – pois ela trás consigo determinações muito importantes se quisermos falar sobre os mais variados extratos que compõe a classe trabalhadora atendida pelos profissionais do Serviço Social.

Nesse sentido, é de suma importância que os assistentes sociais comprometidos com PEP saiba reconhecer criticamente as diferenciações que compõe “os subalternos” ou seja, seu modo de vida e suas determinações no contexto de produção e reprodução das relações sociais e, ajude – através da formulação de estratégias e táticas – na orientação política, através de

indicações de tipos de organização, seja partidária, sindical, grupos de resistência, movimentos sociais etc. ou realize atividades, rodas de conversa, estudos, recursos artísticos, entre outros que fortaleça o processo de “elevação da consciência”. Superando uma consciência corporativista ou egoísta-passional, para que assim possa chegar no momento “ético-político”, capaz de organizar os anseios, as construções subjetivas e ideológicas que são resultados do “senso-comum” que inclusive mantém o controle e o consenso dos subalternos (GRAMSCI, 2007).

É preciso ir ao próprio Gramsci para buscarmos com maior rigor a explicação sobre “classes subalternas”⁹ e sua aplicabilidade na atuação dos assistentes sociais comprometidos com os valores revolucionários. De acordo com Marro (2022) “Trata-se de uma perspectiva que permite abordar os explorados e oprimidos em um sentido mais abrangente que as categorias marxistas tradicionais, pois a contradição capital/trabalho se enriquece e se complexificar por meio de muitas determinações, para além dos conflitos do mundo do trabalho” (p. 47)

Dada a falta de autonomia dos grupos subalternos, suas iniciativas “defensivas” estão submetidas a leis próprias da necessidade, mais simples, mais limitadas e politicamente mais restritivas do que as leis de necessidade histórica que dirigem e condicionam as iniciativas das classes dominantes (GRAMSCI, 2002, p. 138). A história dos grupos sociais subalternos é necessariamente desagregada e episódica. É indubitável que, na atividade histórica destes grupos, existe tendência à unificação, ainda que em termos provisórios, mas esta tendência é continuamente rompida pela iniciativa dos grupos dominantes [...]. Os grupos subalternos sofrem sempre a iniciativa dos grupos dominantes, mesmo quando se rebelam e insurgem: só a vitória “permanente” rompe, e não imediatamente, a subordinação (GRAMSCI, 2002, p. 135).

Ainda nesse sentido, concordamos com Marro (2022) e sua apreensão retirada dos escritos de Del Roio (2017), que sintetiza o pensamento de Gramsci sobre o assunto

[...] Gramsci foi além das classes fundamentais do capitalismo e descobriu, no silêncio da história das camadas subalternas, as dimensões culturais que não podiam ser simplesmente incorporadas ao conceito de um proletariado europeu, branco e masculino. Gramsci não abandonava a centralidade operária definida pela inserção nas relações de produção capitalista. A subalternidade era uma dimensão *acrescentada*, que permitia entrecruzar as diversas formas de sujeição

⁹ Por conta dos limites deste trabalho não será possível desenvolver todas as potencialidades da categoria de “classes subalternas” tampouco as produções que iluminam esse caminho teórico, contudo, é importante destacar as formulações sobre o tema, tanto ao que se refere ao próprio Gramsci, cf: volume 5 dos Cadernos do Cárcere, “Caderno 25” – edição e tradução, Luiz Sérgio Henriques, co-edição, Carlos Nelson Coutinho e Marco Aurélio Nogueira, RJ, 2002, além disso, ver: “Gramsci e a emancipação dos subalternos” (Del Roio, 2007) e “Classes Sociais e Grupos Subalternos: distinção teórica e aplicação política” (Galastri, 2014).

de trabalhadoras e trabalhadores em sentido amplo (DEL ROIO, 2017, P. 17 *apud* MARRO, 2022, p. 47).

De modo geral, trabalhar os elementos que compõe a realidade a partir da categoria de classes subalternas, é essencial, pois permite adentrar na diversidade da classe, podendo iluminar reflexões e a construção de estratégias e táticas dos assistentes sociais, ou seja, reconhecendo as diferentes necessidades e seus antagonismos. As preocupações e as hipóteses de trabalho serão construídas a partir daquilo que chamamos atenção anteriormente, sobre à “diversidade imposta pela dinamicidade da realidade concreta”, requerendo criatividade, capacidade crítica e reformulação dos mecanismos estratégicos e táticos. Obviamente que Gramsci, não elege os assistentes sociais como os sujeitos capazes de promover a unificação dos subalternos, mas fala dos intelectuais orgânicos e do intelectual coletivo que é o partido revolucionário – Moderno Príncipe (inclusive há um campo de debates e polêmicas sobre os intelectuais e o Serviço Social, por ora, não é possível desenvolvermos esse debate)

Contudo, se defendermos que dentro do campo da “autonomia relativa” os profissionais do Serviço Social, comprometidos com PEP, podem contribuir a partir do elemento contraditório que compõe o campo de trabalho imerso na luta capital e trabalho, Gramsci e suas elaborações exercem um importante trabalho, sendo possível extrair deste, um roteiro de estudos que ajuda na interpretação do mundo contemporâneo e por consequência as armas que estrategicamente e tática serão utilizados para chegarmos no objetivo final: contribuir para emancipação plena da classe que é dominada pelo capital.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere, volume 5** / Antonio Gramsci; edição e tradução, Luiz Sérgio Henriques, co-edição, Carlos Nelson Coutinho e Marco Aurélio Nogueira - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

_____. **Cadernos do cárcere, volume 3** / Antonio Gramsci; edição e tradução, Carlos Nelson Coutinho; co-edição, Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira.- 3 • ed.- Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

IAMAMOTO, M. V. **“Os desafios da profissão de Serviço Social no atual contexto de retrocessos das conquistas da classe trabalhadora”**. In: CFESS, Diálogos do Cotidiano – Reflexões sobre o trabalho profissional – caderno 1. Brasília: 2021.

IAMAMOTO, M. V. **“A questão social no capitalismo”**. Revista Temporalis. Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS – Brasília, ano II, nº 3, jan-jun. de 2001

MARRO, Kátia. **Para sair das margens da história: classes subalternas e insurgências populares nas pistas de Gramsci.** Serv. Soc Soc. São Paulo, n. 143, p. 42-61, jan-abril. 2022.

NETTO, J. P. **“A construção do projeto ético-político do Serviço Social frente à crise contemporânea”** In: Crise Contemporânea, Questão Social e Serviço Social, Programa de Capacitação Continuada para Assistentes Sociais. Módulo 01. Brasília. CFESS/ABEPSS/DSS e CEAD-Unb, 1999.

NETTO, J. P. **“A intenção de ruptura”** In: Ditadura e Serviço Social. SP: Cortez, 1991.

_____. **O Serviço Social e a tradição marxista.** Revista: Serviço Social e Sociedade, 1989, ano X, n. 30, abril de 1989, São Paulo. Cortez.

_____. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social** – 8 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

PAULA, Luciana Gonçalves Pereira de Paula. **Estratégias e Táticas – Reflexões no campo do Serviço Social.** Rio de Janeiro: Lumen Júris, 2016.

SIMIONATTO, Ivete. *Gramsci: sua teoria, incidência no Brasil, influência no Serviço Social.* 2. Ed – Florianópolis: Ed. Da UFSC; São Paulo: Cortez, 1999.

SIMIONATTO, Ivete. **Marxismo Gramsciano e Serviço Social: interlocuções mais que necessárias.** EM PAUTA, Rio de Janeiro, v. 9, n. 27, p. 17-33, Jul 2011.